

ENTRE ESCRIVIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: A IDENTIDADE NEGRA DE PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Jéssica Santos de Azevedo¹; Dailza Araújo Lopes²

¹Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Conceição do Coité - BA, Brasil. E-mail: azevedojessic4@gmail.com

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié -Ba, Brasil. E-mail: dailza.lopes@uesb.edu.br

Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender de que maneira a identidade negra é percebida na trajetória de professoras da educação básica. A pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se na perspectiva da escritvivência, compreendida como uma escrita ancorada nas vivências e experiências de mulheres negras conforme Evaristo (2020). A produção dos dados ocorreu por meio de questionário do Google Forms, semiestruturado aplicado a cinco professoras negras atuantes na educação básica, com análise baseada na categorização temática e articulada ao referencial teórico sobre identidade, formação docente e relações étnico-raciais. Os resultados evidenciam que a identidade negra constitui elemento estruturante das trajetórias pessoais e profissionais dessas docentes, influenciando diretamente suas práticas pedagógicas e seu compromisso com uma educação antirracista. As participantes apontam conquistas relacionadas à valorização da cultura afro-brasileira e ao fortalecimento da autoestima de estudantes, bem como desafios vinculados ao racismo institucional e à ausência de formação adequada. Conclui-se que reconhecer e fortalecer a identidade negra de professoras é fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a transformação social.

Palavras-Chave: Docência. Identidade negra. Educação básica. Formação docente. Educação antirracista.

Introdução

A educação brasileira é marcada por processos históricos de exclusão da população negra, resultantes de uma estrutura social profundamente desigual. Durante séculos, o acesso à escolarização foi negado a pessoas negras, o que contribuiu para a manutenção de desigualdades educacionais e sociais ainda visíveis na contemporaneidade. Nesse cenário, a presença de professoras negras na educação básica representa não apenas uma conquista histórica, mas também um elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Esta pesquisa traz contribuições para o campo da educação, da formação docente e dos estudos sobre questões étnico-raciais, de maneira a ampliar as discussões sobre a formação de professoras articulando com a identidade negra visando novas práticas

pedagógicas que dialoguem com a necessidade de outras metodologias pautadas em um trabalho político e com propósito de transformação social. Além de trazer reflexões a respeito das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e políticas públicas, validando a experiência de professoras negras como campo de produção de saberes, ampliando e potencializando a relação entre prática e teoria com a finalidade de contribuir na concepção de políticas educacionais e currículos significativos. A formação docente, nesse contexto, precisa considerar as múltiplas identidades que atravessam o sujeito professor, especialmente a identidade racial, compreendida como construção histórica, social e política (Hall, 2006; Munanga, 2012). A identidade negra, nesse sentido, não se limita a aspectos fenotípicos, mas se constitui a partir de experiências coletivas marcadas por resistência, pertencimento e ressignificação.

Diante disso, emerge a necessidade de compreender como professoras negras percebem e constroem suas identidades ao longo de suas trajetórias formativas e profissionais, bem como de que maneira essa identidade influencia suas práticas pedagógicas. A escola, enquanto espaço de socialização e produção de saberes, pode tanto reproduzir desigualdades quanto promover transformações sociais.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois busca compreender os sentidos das suas escritas e vivências docentes, não apenas na sala de aula, mas também em suas subjetividades construídas na vida. Assim, analisará os resultados a partir de uma ótica, fundamentada na escrivência. Termo cunhado pela professora Dra. Conceição Evaristo (2020), utilizando questionário semiestruturado aplicado a cinco professoras negras da educação básica. Assim, este trabalho tem como objetivo compreender de que maneira a identidade negra é percebida na trajetória de professoras da educação básica.

Desenvolvimento

Identidade negra e formação docente

A identidade, conforme Stuart Hall (2006), é um processo em constante construção, atravessado por relações sociais, culturais e históricas. No contexto das relações étnico-raciais, essa construção é marcada por experiências de exclusão e resistência. Munanga (2012), reforça que a identidade negra emerge de uma história comum de desumanização, mas também de luta e reconstrução cultural.

Durante séculos a população negra foi desviada, separada e totalmente afastada da educação, de forma sistemática sustentada pela legislação, como a primeira lei de 1837

(Brasil, 1861), que proibia o acesso de pessoas negras escravizadas ou libertas às instituições de ensino. Essa exclusão resultou na marginalização, desigualdade social e perpetuação do racismo estrutural. Esse distanciamento intencional reverberou nos índices educacionais atuais no quais podemos identificar, sobretudo, a desigualdade racial na educação como nos índices de pesquisas que apontam uma porcentagem alta de analfabetismo (IBGE, 2022), desistência na educação básica (INEP, 2022), e dificuldades de permanência no ensino superior vinculados a população negra brasileira. Assim, percebe-se a importância de estudar a presença e a identidade de professoras negras na educação básica, compreendendo os progressos e desafios que precisam ser superados, visando o combate ao racismo nas escolas como forma de reparação histórica.

No campo educacional, a identidade negra assume papel central na formação docente, uma vez que influencia a maneira como professoras compreendem seu papel social e desenvolvem práticas pedagógicas. A escola, historicamente marcada por uma perspectiva eurocêntrica, tende a invisibilizar outras narrativas, o que reforça a importância de práticas educativas antirracistas e a presença das professoras negras que mobilizam e fortalecem essas novas práticas.

A população negra lutou e resistiu por muitos anos para que conquistasse o direito de estudar e estar nas escolas e universidades. Fruto dessa resistência e mobilizações, nos dias atuais, existem políticas públicas que possibilitam o ingresso dessa comunidade aos espaços de ensino como as ações afirmativas presentes na promulgação da lei 10.639/2003, que enfatiza a obrigatoriedade sobre o ensino de história e cultura africana na educação básica; a lei de cotas 12.711/2012 que possibilita o ingresso de pessoas negras de cor preta ou parda e pobres nas instituições federais; ou como a lei 12.990/2014, que institui cotas para pessoas negras de cor preta ou parda em concursos públicos. Essas são algumas leis que revelam que o Estado compreende que houve uma omissão em relação a essa população e demonstra que existe uma rigidez nessas instituições escolares em trabalhar com a diversidade cultural do país, o que tornou necessário criar uma lei para que esses conhecimentos fossem vistos como imprescindível na construção dos saberes.

É a partir desse histórico de resistência que surge a necessidade de entender a formação inicial e continuada das professoras que atuam nesses espaços de educação, para que elas possam respeitar as múltiplas identidades presentes no contexto escolar, promovendo novas metodologias de ensino politicamente afro centradas e construindo práticas pedagógicas que oportunizem qualidade, pertencimento e mudanças sociais significativas.

Nos últimos anos, a discussão sobre a formação inicial e continuada de professores tem ganhado cada vez mais visibilidade e espaço nos ambientes acadêmicos (Candau, 2002; Pimenta, 2008; Gatti, 2009). Atrélado a essa pauta, é necessário considerar a identidade negra que é manifestada nessa discussão não de uma forma individual, mas coletiva, social, política e histórica. Quando uma professora negra acessa o espaço acadêmico-educacional, ela conduz também suas vivências do caminho percorrido, leituras, lutas, filosofia e conhecimentos de mundo e, a partir disso seu trabalho será justamente afetado e transgredirá seu ensino bell hooks (2017), posicionamentos, relações interpessoais com discentes e comunidade escolar. Por isso, a formação docente precisa reconhecer a identidade negra das professoras como via para um fazer pedagógico emancipatório e crítico. A escola ainda é um espaço institucional repleto de preconceitos e discriminações que prejudica não apenas o acesso de estudantes negros e negras à educação básica, mas também de professoras negras, por isso, compreender a importância da identidade negra dessas professoras evidenciará como elas atuam e criam estratégias para fortalecer uma educação representativa nesses espaços, rompendo com a tradição eurocêntrica e fortalecendo a identidade dos estudantes de forma a incentivar o aprendizado significativo. (Munanga, 2005).

Escrevivência como metodologia

A escrevivência, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (2020), orienta esta pesquisa como uma perspectiva metodológica que valoriza as experiências vividas como fonte legítima de conhecimento. Trata-se de uma abordagem que articula escrita, memória e identidade, permitindo visibilizar narrativas historicamente silenciadas. Ao adotar essa perspectiva, busco construir um trabalho que não apenas fale sobre as professoras negras, mas que acolha e valorize suas trajetórias como fontes legítimas de conhecimento e ação pedagógica transformadora. Conceição Evaristo, evidência:

“Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais.” (Evaristo, 2020, p. 30)

A pesquisa foi realizada com cinco professoras negras da educação básica, por meio de questionário semiestruturado. As participantes possuem entre 26 e 49 anos, atuam em escolas públicas e têm formação em áreas como Pedagogia, História, Letras e Educação Física. As análises foram realizadas por meio de categorização temática. A pesquisa se fundamenta como qualitativa e se instrumentaliza para reunir narrativas das professoras negras, com 14 perguntas, sendo 8 discursivas curtas sobre trajetórias, formação, e práticas com base em uma Educação Étnico-Racial. Inicialmente, todas as professoras são negras, com idade entre 26 e 49 anos, com formação básica em escola pública e que atuam em espaços educacionais públicos.

A escolha por esse caminho metodológico se dá pela sua respeitabilidade em acolher vivências e memórias que remetem à coletividade e por ser politicamente comprometida com a experiência de mulheres negras na educação. Principalmente, quando o acesso à educação foi historicamente negado às pessoas negras e nos tempos atuais conseguiram se distanciar dos trabalhos manuais e se afirmarem socialmente como educadoras e intelectuais. Sendo assim, acreditamos que essa metodologia dialoga afetuosamente com bell hooks (2017), e com a proposta de pesquisa, entendendo que a escrita de professoras negras, partindo das suas vivências reais, carrega consigo a capacidade de inserir novas narrativas.

Resultados e discussões

O percurso analítico foi estruturado a partir de um questionário discursivo composto por oito questões que buscaram compreender diferentes dimensões da trajetória de professoras negras na educação básica. A primeira pergunta “Como você relata sua trajetória de vida e de formação até chegar à docência na educação básica?”, a partir das respostas evidenciou que as narrativas articulam experiências pessoais e profissionais, revelando que a construção docente não se dissocia da construção subjetiva, ambas atravessadas pela experiência racializada.

Na sequência, ao questionar “Você percebe uma relação entre sua identidade como mulher negra e sua identidade profissional como professora?”, observou-se que a identidade negra ocupa lugar central na constituição da docência, sendo o ingresso e a permanência dessas mulheres na educação compreendidos como movimentos de ruptura com estruturas históricas de exclusão, em diálogo com Lélia Gonzalez (1982).

A questão “Quais metodologias e estratégias você utiliza para promover uma educação antirracista em sala de aula?” permitiu identificar que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas docentes são atravessadas por suas vivências e orientadas por uma perspectiva crítica, que busca superar modelos tradicionais de ensino, aproximando-se da concepção de educação transgressora discutida por bell hooks (2021). Em contrapartida, ao

serem questionadas sobre “Quais são os maiores desafios da sua atuação como professora negra na educação básica?”, emergiram relatos que evidenciam a presença do racismo institucional, compreendido, conforme Munanga (2009), como um sistema que produz desigualdades e limita a atuação de sujeitos negros em diferentes espaços sociais, inclusive na escola.

No que se refere às potencialidades, a pergunta “Quais são as maiores conquistas da sua atuação como professora negra na educação básica?” revelou que a docência é percebida como espaço de transformação, reconhecimento e construção de referências positivas, sendo a presença dessas mulheres entendida como um ato de resistência e transgressão às estruturas racistas e sexistas (hooks, 2017). Essa dimensão política também se evidencia na questão “Você acredita que sua profissão como professora tem um caráter político que visa a transformação social? De que maneira?”, na qual as docentes reconhecem a educação como prática não neutra, alinhando-se à perspectiva de Arroyo (2013).

Além disso, ao refletirem sobre “Em qual momento da sua trajetória você se percebeu como uma mulher negra?”, as participantes indicam que o reconhecimento identitário ocorre de forma processual, relacionado a experiências formativas e vivências sociais, dialogando com o conceito de “tornar-se negro” (SOUZA, 2021). Por fim, na questão “Que mensagem ou conselho você deixaria para futuras professoras negras em formação?”, destacam-se discursos que enfatizam resistência, coletividade e valorização das experiências, reafirmando, conforme Evaristo (2020), o caráter político das vivências e da escrita de mulheres negras.

Portanto, os resultados evidenciam que a identidade negra está profundamente articulada às trajetórias pessoais e profissionais das docentes. As narrativas revelam histórias marcadas por superação, ausência de referências familiares no ensino superior e ingresso tardio na docência.

As professoras reconhecem que sua identidade racial influencia diretamente sua prática pedagógica, especialmente no compromisso com uma educação antirracista. Nesse sentido, utilizam metodologias como valorização da cultura afro-brasileira, rodas de conversa, literatura negra e práticas pedagógicas contextualizadas. Entretanto, também foram apontados desafios significativos, como o racismo institucional, a falta de apoio das instituições escolares e a ausência de formação continuada sobre relações étnico-raciais. As docentes relatam, ainda, a necessidade constante de reafirmação de sua competência profissional.

Por outro lado, destacam conquistas importantes, como o impacto positivo na autoestima de estudantes negros e o reconhecimento de sua atuação como referência dentro da

escola. A presença dessas professoras é compreendida como um ato político e de resistência, que contribui para a transformação do espaço escolar.

Conclusões

A formação inicial apresenta lacunas significativas no que se refere ao debate sobre relações étnico-raciais, o que contribui para que a construção da identidade negra de professoras ocorra, em grande parte, em espaços posteriores, como a formação continuada, vivências coletivas e experiências de troca com outras mulheres negras. As professoras desenvolvem práticas pedagógicas que valorizam a história e a cultura afro-brasileira, ampliam representações positivas sobre o povo negro e incentivam o protagonismo dos estudantes, utilizando estratégias fundamentadas no diálogo, na escuta sensível, na contextualização dos conteúdos e na diversidade de recursos didáticos.

Mesmo diante de desafios institucionais, como o racismo estrutural e a ausência de apoio formativo, as docentes mobilizam saberes construídos ao longo de suas trajetórias para promover práticas educativas comprometidas com a equidade racial. A identidade negra potencializa o compromisso político dessas professoras com a educação, sendo a docência compreendida como espaço de resistência, emancipação e transformação social. A presença de mulheres negras na educação básica impacta diretamente a formação dos estudantes, especialmente no fortalecimento da autoestima, do pertencimento e da construção de identidades positivas. A identidade negra constitui, portanto, elemento central nas trajetórias e práticas docentes, orientando escolhas pedagógicas, posicionamentos políticos e modos de existir no espaço escolar. Evidencia-se, assim, a necessidade de fortalecimento de políticas e práticas formativas que reconheçam e valorizem a experiência de professoras negras, consolidando a escola como espaço de produção de saberes plurais e de enfrentamento às desigualdades raciais.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 13 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2013.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. (Capítulo 9).
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. Adaptações e improvisações: a pedagogia jesuítica nos primeiros tempos do Brasil Colonial. **Teoria e Prática da Educação, Maringá**, v. 20, n. 1, p. 49–62, jan./abr. 2017.

BRASIL. **Índice da Collecção das Leis do Império do Brasil – Tomo XXIII.** Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1861. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-23/indice-23.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva às pessoas negras 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 7 nov. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Formação continuada de professores: tendências atuais.** In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). Didática, currículo e saberes escolares. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51–68.

CANAL PRETO. **A história que a escola não conta.** Direção: Jonas Carvalho. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KZG Nu4Nc WLS>. Acesso em: 08 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

EVARISTO, Conceição. **A escrivência e seus subtextos.** In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). Escrivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-54.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI. Bernadete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP.** Vol. 1, n. 1, p.90-102, Maio/2009.

GATTI, Bernardete Angelina. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 98, p. 85-90, ago. 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, set.- dez. 2002, p. 42.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. 1984. Em: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (org.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (1. ed.). p. 223-244.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília, DF: INEP, 2024. 105 p. Disponível em: _

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

LARROSA, Jorge. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28.

MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar?: Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 31 out. 2025.

MIZUNO, Rita de Cássia Albertinazi; OLIVEIRA, Adriana Marques de. Escrivências de professoras em formação: um ensaio de devires. **Ensino em Revista**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2024.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. (2012). Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da ABPN**, vol. 4, n. 8.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Escrivências: possibilidades para uma educação antirracista. **Revista**

Brasileira de Educação, v. 28, e280101, 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTA CRUZ, Victoria. **Me gritaram negra**. Disponível em:
<https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFpoema-me-gritaram-negra-de-victoria-santa-cruz/>.

Acesso em: 10 nov. 2025.